



FORMULÁRIO PARA CRIAÇÃO DE CURSO

Unidade: Campus Ouro Preto	Proponente: CODARES
----------------------------	---------------------

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO
a) Denominação do Curso: Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural
b) Titulação Pretendida: Especialista
c) Nível: Lato Sensu
d) Modalidade: (X) presencial () semipresencial () distância
e) Carga Horária: 360 horas; Carga Horária para trabalho de conclusão: 60 horas
f) Área e subárea do conhecimento: Arquitetura e Urbanismo; Preservação do Patrimônio Cultural
g) Habilitação: Especialista em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural
h) Regime acadêmico: semestral
i) Processo de seleção: O processo seletivo será definido em edital próprio e constará das etapas: análise do currículo, justificativa para participação no curso e entrevista.
j) Número de vagas por turma: 30
k) Turno previsto: diurno e noturno
l) Duração do curso: 18 meses Ano e semestre de início: 2º semestre de 2018
m) Local de funcionamento: <i>Campus</i> Ouro Preto
n) Horários e dias de funcionamento: oferta quinzenal, às sextas-feiras, no período de 13:30 às 18:00 e de 19:00 às 22:40 e aos sábados, de 8:00 às 12:30 e de 13:30 às 17:10. previstos 20 minutos de intervalo em todos os turnos.
o) Nome Coordenador: Maria Cristina Rocha Simão Titulação do Coordenador: Arquiteta, Mestre em Geografia, Doutora em Urbanismo E-mail: cristina.simao@ifmg.edu.br

Telefone para Contato: (31) 35511028
p) Parcerias Firmadas: UFOP, PUC Minas, UEMG BH
q) Existência de Bolsa: não
r) Linha(s) de Pesquisa: Gestão do Patrimônio Cultural; Tecnologia em Conservação e Restauro de Bens Imóveis
s) Atividade complementar que será exigida para conclusão: trabalho de conclusão de curso com defesa presencial para a banca. O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) poderá ser apresentado em forma de monografia ou desenvolvimento de produto educacional ou tecnológico.

2. JUSTIFICATIVA

É inegável a importância da preservação do patrimônio cultural como elemento identitário de uma determinada comunidade. Historicamente, o processo de preservação dos bens patrimoniais no Brasil esteve ligado à ação exclusiva e impositiva do Estado, em especial através da atuação do IPHAN, no âmbito nacional, e das diversas instituições existentes na esfera estadual. Nas décadas de 1980 e 1990, com o intuito de aproximar a gestão do patrimônio cultural das comunidades, reduzindo a presença das tradicionais instituições federal e estaduais, em consonância com o entendimento, oriundo dos marcos teórico-conceituais contemporâneos e daquilo preconizado na Constituição Federal de 1988, de que o município é o melhor agente da preservação, muitos municípios estruturaram órgãos de proteção do patrimônio. Ao mesmo tempo, ocorreu o incremento da legislação de incentivo e de patrocínio de ações de conservação, como no caso da Lei Rouanet, a nível federal, e do ICMS Cultural do Governo do Estado de Minas Gerais.

Contudo percebe-se que, a despeito da compreensão já consolidada de que o município deva ser o principal agente gestor da preservação, a inexistência de capacitação técnica local gera um quadro de distorção: em geral, a efetivação das políticas públicas patrimoniais se dá por meio da contratação de equipes de consultoria, sem atividade permanente no município; em casos mais graves, percebe-se, ainda, a incapacitação técnica dos próprios consultores.

Neste sentido, o curso de especialização "Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural" é justificado pela possibilidade de uma dupla formação: em primeiro lugar, do profissional graduado em áreas afins à preservação: Arquitetura, Engenharia, Tecnologia em Conservação e Restauro, História, Sociologia, Turismo, entre outros; e, em segundo lugar, de gestores do patrimônio cultural, com ampla possibilidade de formação acadêmica, tanto no

sentido da correção das distorções apontadas, quanto no envolvimento com a preservação do patrimônio cultural local.

Do ponto de vista da formação dos profissionais envolvidos, percebe-se que os cursos de graduação, em geral, abordam superficialmente do tema ao tratá-lo sob o viés disciplinar restrito, que não aborda a questão da transdisciplinariedade, não permitindo uma capacitação qualificada para a gestão da grande gama de bens a serem preservados. Também os cursos de pós-graduação existentes na área não contemplam a necessária atividade de gestão, limitando-se a análises teóricas e pouco operativas de bens materiais dos séculos XVIII e XIX. Ou seja, não são contemplados instrumentos que efetivamente viabilizem a gestão do patrimônio cultural por meio da elaboração de programas e projetos.

3. OBJETIVOS

a) Objetivo geral:

Capacitar e qualificar profissionais, docentes e gestores urbanos para atuar adequadamente em iniciativas de conservação e restauro do patrimônio cultural edificado.

b) Objetivos específicos:

- Multiplicar competências para atividades de ensino, formação e treinamento de profissionais, técnicos e operários envolvidos em atividades de conservação e restauro do patrimônio cultural edificado.
- Desenvolver metodologias específicas para planificar intervenções em bens edificados de interesse cultural.
- Propor a investigação sobre políticas de atuação na gestão da preservação do patrimônio cultural.
- Pesquisar instrumentos existentes para elaboração de documentos e dossiês de reconhecimento, registro e catalogação de bens culturais, buscando mecanismos de adequação as diferentes realidades locais.
- Propor meios de fomento às intervenções no patrimônio cultural, considerando as leis de incentivo à cultura e as possibilidades de financiamento disponíveis, específicas da localidade de cada parceiro.

4. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE POR DISCIPLINA, TITULAÇÃO E INSTITUIÇÃO DE ORIGEM

DOCENTE	DISCIPLINA	TITULAÇÃO	INSTITUIÇÃO
Alex Fernandes Bohrer	Iconografia e Leitura dos Bens Culturais	Doutor	IFMG Ouro Preto
Alexandre Ferreira Mascarenhas	Conservação Preventiva	Doutor	IFMG Ouro Preto
	Diagnóstico e Terapia das Construções Tradicionais		
Alícia Duarte Pena	Reabilitação e Revitalização de Centros Históricos	Doutora	PUC Minas
Ana Paula de Moraes	Técnicas de Levantamento e Registro	Mestre	IFMG Ouro Preto
	Metodologia de Projeto de Pesquisa		
Arthur Versiani Machado	Estética da Arte	Doutor	IFMG Ouro Preto
Aziz José de Oliveira Pedrosa	Iconografia e Leitura dos Bens Culturais	Doutor	UEMG BH
Carlos Magno Souza Paiva	Aspectos Legais da Proteção e Gestão do Patrimônio	Doutor	UFOP
Fabiano Gomes da Silva	Educação Patrimonial e Mobilização Social	Doutor	IFMG Ouro Preto
Maria Cristina Rocha Simão	Salvaguarda do Patrimônio Cultural	Doutora	IFMG Ouro Preto
	Aspectos Legais da Proteção e Gestão do Patrimônio		
Ney Ribeiro Nolasco	Diagnóstico e Terapia das Construções Tradicionais	Mestre	IFMG Ouro Preto
	Gestão de obras e projetos de restauro		
Paola de Macedo Gomes Dias	Teoria do Restauro	Especialista	IFMG Ouro Preto
	Técnicas de Levantamento e Registro		
Sandra Arlinda Santiago Maciel	Gestão de obras e projetos de restauro	Mestra	IFMG Ouro Preto
Rodrigo Otávio De Marco Meniconi	Teoria do Restauro	Mestre	IFMG Ouro Preto
	Metodologias de Leitura e Interpretação do Patrimônio		
	Reabilitação e Revitalização de Centros Históricos		

5. ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

a) Disciplinas e Carga Horária

DISCIPLINAS COMUNS/ BÁSICAS	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS	SEMESTRE
Teoria e História do Restauro	45	3	1º
Estética da Arte	30	2	1º
Metodologias de Leitura e Interpretação do Patrimônio	30	2	1º
Iconografia e Leitura dos Bens Culturais	60	4	1º
Conservação Preventiva	30	2	2º
Metodologia de Projeto de Pesquisa	15	1	2º
CARGA HORÁRIA DA MODALIDADE	210h	14	-

DISCIPLINAS ESPECÍFICAS	ÁREAS/CARGA HORÁRIA/CRÉDITO				SEMESTRE
	Tecnologia		Gestão		
Diagnóstico e Terapia das Construções Tradicionais	90	6			2º
Aspectos Legais da Proteção e Gestão do Patrimônio			60	4	2º
Salvaguarda do Patrimônio Cultural			30	2	2º
Técnicas de Levantamento e Registro	30	2			2º
Reabilitação e Revitalização de Centros Históricos			30	2	2º
Gestão de Obras e Projetos de Restauro	30	2			2º
Educação Patrimonial e Mobilização Social			30	2	2º
CARGA HORÁRIA ESPECÍFICA	150h	10	150h	10	
CARGA HORÁRIA DE DISCIPLINAS	360h				
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	60h				3º
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	420h				

b) Ementas e bibliografia atualizadas

DISCIPLINA: TEORIA E HISTÓRIA DO RESTAURO

EMENTA

Definição, evolução e transformação do conceito de restauro e suas implicações: visão crítica e contextual sobre a matéria; histórico da teoria de restauro; os principais teóricos do século XIX ao século XXI: Violet-lec-Duc, Ruskin, Morris, Camilo Biotto, Giovanonni, Cesare Brandi e Salvador Munhoz. Cartas patrimoniais como princípios de preservação do patrimônio. A preservação do patrimônio cultural no Brasil. Análise crítica de intervenções nas edificações e nas cidades segundo as normas internacionais e as teorias contemporâneas do restauro.

BIBLIOGRAFIA

Referência Básica

BOITO, Camillo. Os Restauradores. Cotia SP: Ateliê Editorial, 2008.

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Cotia: Ateliê, 2008. 261 p. (Artes & Ofícios; 5)

CHOAY, Françoise; MACHADO, Luciano Vieira (Tradutor). A alegoria do patrimônio. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2006. 282 p.

CURY, Isabelle. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Org.). Cartas patrimoniais. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. do Patrimônio, 2004. 407 p.

VIÑAS, Salvador Muñoz. Teoría Contemporánea de la Restauración. Madrid: Editorial Síntesis. 2003.

RUSKIN, John. A lâmpada da Memória. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

VIOLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Restauração. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2000. CAVALCANTI, Lauro. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Org.). Modernistas na repartição. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. 210 p.

Referência Complementar

COSTA, Everaldo Batista da; SCARLATO, Francisco Capuano (Coord.). A dialética da construção destrutiva na consagração do patrimônio mundial. São Paulo: FAPESP, 2011. 323 p.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. 4. ed. Brasília: IPHAN, 2009. 68 p

KÜHL, Beatriz Mugayar. Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos do restauro. São Paulo: Ateliê Editorial: FAPESP, 2009. 325 p.

PORTA, Paula. Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010 / Paula Porta. -- Brasília, DF : Iphan/Monumenta, 2012. 344 p. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_PoliticaPreservacaoPatrimonioCulturalBrasil_m.pdf

SORGINE, Juliana. Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008. 342 p.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Atlas dos monumentos históricos e artísticos do Brasil. [3. ed.]. Brasília: IPHAN, Programa Monumenta, 2008. 350 p.

DISCIPLINA: ESTÉTICA DA ARTE

EMENTA

Abordar os vários aspectos da estética na arte, de forma a compreender as nuances estilísticas, iconográficas gerais e teóricas da produção artística. Estudar o conceito filosófico da estética, perpassando assuntos complexos como o surgimento das bases da arte e dos conceitos subjetivos da natureza da arte e do 'belo' em si.

BIBLIOGRAFIA

Referência Básica

JANSON, H.W, JANSON, Anthony. Iniciação à História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História (trad. Federico Carotti). São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Referência Complementar

ÁVILA, Affonso. O lúdico e as projeções do Mundo Barroco. São Paulo: Perspectiva, 1980.

FRANCASTEL, Pierre. A Realidade Figurativa. São Paulo: Perspectiva, 1973.

WOLFFLIN, H. Conceitos Fundamentais da História da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

HAUSER, Arnold. História Social da Literatura e da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARAVALL, J. Antonio. A Cultura do Barroco. São Paulo: EDUSP, 1997.

BAZIN, Germain. Barroco e Rococó. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

DISCIPLINA: METODOLOGIAS DE LEITURA DE INTERPRETAÇÃO DO PATRIMÔNIO

EMENTA

Metodologias de análise crítica do espaço construído na história da arquitetura e da arte: bens móveis e integrados, edificações e lugares urbanos de interesse cultural, território e paisagem. Fundamentos metodológicos da historiografia e da análise da arquitetura: objetivos e modos de leitura, instrumentos e roteiros para análises e diagnósticos. Elementos de história da crítica e da literatura arquitetônica: surgimento e propósitos da crítica, interpretação, julgamento e difusão de valores. Delimitações e objetivos da crítica. Teoria, história e crítica. Crítica e criação. Restauro e crítica. Apresentação e desenvolvimento de métodos de pesquisa, estudo de casos e elaboração de análises.

BIBLIOGRAFIA

Referência Básica

ARGAN, G.C. História da arte como história das cidades. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRUSCHI, Arnaldo. Indicazioni metodologiche per lo studio storico dell'architettura. in: Lineamenti di storia dell'architettura. Roma: Carucci editore, 1978.

COELHO NETO, José Teixeira. A Construção do Sentido na Arquitetura. São Paulo, Perspectiva, 1997.

Referência Complementar

D'OSSAT, G. De Angelis. Guida allo studio metódico dei monumenti e delle loro cause di deterioramento. Roma: ICCROM, 1972.

GOMIDE, Hilton José, SILVA, Patricia Reis, BRAGA, Sylvia Maria Nelo. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005.

Monumenta/BID. Cadernos Técnicos N°1. Brasília: IPHAN, 2000.

MARTA, Roberto. Appunti per una metodologia del restauro conservativo dei monumenti. Roma: ICCROM, 1982.

MONTANER, Josep Maria. Arquitetura e crítica. Barcelona: GG, 2007.

DISCIPLINA: ICONOGRAFIA E LEITURA DOS BENS CULTURAIS

EMENTA

A disciplina privilegiará, para além das comparações entre temas específicos do imaginário universal, a pesquisa aprofundada em determinados recortes dentro do campo artístico. Os estudos iconográficos direcionados contribuem para o entendimento do monumento ou da obra de arte como um todo, observando sua complexidade e organicidade. Os vários elementos podem - e devem - ser encarados sob esse prisma, dando ao aluno uma visão global, complexa e de conjunto. Arquitetura, pintura e talha passam, assim, a serem encaradas como partes interligadas. Esse enfoque propiciará, por exemplo, desmembrar os monumentos, percebendo possíveis projetos unificadores, superposições, modernizações e/ou arcaísmos.

BIBLIOGRAFIA

Referência Básica

BOHRER, Alex Fernandes. A Talha do Estilo Nacional Português em Minas Gerais: Contexto Sociocultural e Produção Artística. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2015.

BOHRER, Alex Fernandes. Os Diálogos de Fênix: Fontes Iconográficas, Mecenato e Circularidade no Barroco Mineiro. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2007.

PEDROSA, Aziz José de Oliveira. A Produção da Talha Joanina na Capitania de Minas Gerais: retábulos, entalhadores e oficinas. (Tese de Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo, Escola de Arquitetura/UFMG, Belo Horizonte, 2017.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. O Rococó Religioso no Brasil e seus Antecedentes Europeus. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

PANOFSKY, Erwin. Significado nas artes visuais. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Referência Complementar

BOHRER, Alex Fernandes. Imaginário da Paixão de Cristo. Cultura Artística e Religiosa no Alto Rio das Velhas nos Séculos XVIII e XIX. Mariana: ICHS/UFOP (Monografia de Bacharelado), 2004.

BOHRER, Alex Fernandes. Mecenato e Fontes Iconográficas na Pintura Colonial Mineira. Ataíde e o Missal 34. In.: Anais do XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte.

AVILA, Affonso. et. Alii. Barroco Mineiro - Glossário de Arquitetura e Ornamentação. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996.

BAZIN, Germain. Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1983.

BOSCHI, Caio C. Os Leigos e o Poder - Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. A Terceira Devoção do Setecentos Mineiro: O culto a São Miguel e Almas - Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1994 (mimeo).

MACHADO, Lourival G. Barroco Mineiro. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MARAVALL, J. Antonio. A Cultura do Barroco. São Paulo: EDUSP, 1997.

MARTINS, Judith. Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Publicações do IPHAN nº 27, 1974. 2 vols.

THEODORO, Janice. América Barroca - Tema e Variações. São Paulo: USP/Nova Fronteira, 1992.

TOLEDO, Benedito Lima de. O Retábulo, Expressão Maior do Barroco e do Rococó Luso-Brasileiro. In.: Revista Barroco, 19 (2005): 181-198.

VARAZZE, Jacopo de. Legenda Áurea - Vidas de Santos. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

WEISBACH, Werner. El Barroco - Arte de la Contrarreforma. Madrid: Espasa Calpe, 1948.

DISCIPLINA: CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

EMENTA

Conservação Preventiva: conceitos e definições. Edificações e acervos. Agentes (fatores) de deterioração. Controle dos agentes de deterioração. Gestão de risco aplicada a coleções. Forças Físicas (Fogo | Água | Ações criminosas). Temperatura e umidade (Temperatura e métodos de determinação | Umidade relativa: aparelhos e determinação). Luz e iluminação. Principais poluentes atmosféricos. Materiais de construção, armazenamento e exposição. Controle integrado de pragas. Reservas do museu. Programa de monitoração. Anoxia. Manuseamento. Estudos de casos práticos.

BIBLIOGRAFIA

Referência Básica

BRITO, Maria da Conceição Fernandes. Noções básicas sobre conservação de bens culturais. Ouro Preto: FAOP, [199-?].

CRUZ, Luiz Antônio da (org); BOAVENTURA, Maria José (org). Manual de técnicas de preservação e manutenção de patrimônio. Tiradentes: IHGT, 2016.152p.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo (Org.). Mestres e conselheiros: manual de atuação dos agentes do patrimônio cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009. 214 p.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Brasília: IPHAN, 2008. 143 p.

Referência Complementar

BRITO, Maria da Conceição Fernandes. Noções básicas sobre conservação de bens culturais. Ouro Preto: FAOP, [199?].

CAMUFFO, D. (1998). Microclimate for cultural heritage. Developments in Atmospheric Science, 23. EC Elsevier Oxford.

DI MARCO, Anita Regina; ZEIN, Ruth Verde. Sala São Paulo de Concertos: revitalização da Estação Júlio Prestes : o projeto arquitetônico, arquitetura Nelson Dupré = São Paulo Concert Hall : the making of the Júlio Prestes Central Station rehabilitation : Nelson Dupré architect. São Paulo: Alter Market, 2001. 240 p.

I. GONZALES - VARAS. Conservación de Bienes Culturales: Teoría, História, Principios y Normas. Madrid: Ed. Cátedra, 1999. 628p.

LIMA, Tania Andrade (org). Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação. Revista do Patrimônio nº 33. Brasília: IPHAN, 2007.

MINC. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Brasília: Ministério da Cultura, 2005. 75 p.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Brasília: IPHAN, 2008. 143 p.

MIRANDA, Selma Melo; RAMOS, José Bizzoto; AUNE, George (Colaborador) (Tradutor). A Igreja de São Francisco de Assis em Diamantina: The church of São Francisco de Assis in Diamantina. Brasília: IPHAN, 2009. 329 p.

RIBEIRO, Rafael Winter Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007. p. 152. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc1_Paisagem Cultural_m.pdf

RABELLO, Sonia. O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. 156 p.

UNESCO. Textos fundamentales de la Convención para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de 2003. Luxemburgo: UNESCO, 2011. 105 p.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DE PROJETO DE PESQUISA

EMENTA

Significado e importância da metodologia de pesquisa na construção de projetos de investigação científica. Métodos e técnicas de pesquisa. Definição do objeto de pesquisa, justificativa, objetivos, hipóteses, metodologia.

BIBLIOGRAFIA

Referência Básica

APPOLINÁRIO, Fabio. Dicionário de metodologia científica: um guia para produção de conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004. 300 p.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 315 p.

Referência Complementar

ANDRADE, Maria Margarida de; MARTINS, João Alcino de Andrade (Colaborador). Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 160 p.

MAGALHÃES, Gildo. Introdução à metodologia da pesquisa: caminhos da ciência e tecnologia. São Paulo: Ática, 2005. 263 p.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 118 p.

POPPER, Karl R; HEGENBERG, Leonidas ; MOTA, Octanny Silveira da (Tradutor). A lógica da pesquisa científica. 21. ed. São Paulo: Cultrix, 2007. 567 p.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 144 p.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. 190 p.

DISCIPLINA: DIAGNÓSTICO E TERAPIA DAS CONSTRUÇÕES TRADICIONAIS

EMENTA

Identificação e caracterização do bem: realização dos levantamentos de edificações e sítios históricos: contextual, arquitetônico, arqueológico, histórico, tecnológico e dos elementos artísticos incorporados e vinculados. Diagnóstico com estudo das patologias: técnicas de levantamentos e registros, com identificação do processo de degradação e enumeração dos fatores patológicos atuantes e elaboração de documentos de perícia técnica. Terapia: metodologia para elaboração de dossiê de conservação e restauração de edificações de valor histórico e artístico; o trabalho da compatibilização dos projetos complementares; orientação para elaboração do Caderno de Encargos e do caderno de conservação. Estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA

Referência Básica

CALDAS, Wallace. Pinturas Murais. Coleção Artes e Ofícios. Editora In-Folio: Rio de Janeiro, 2008.

CRUZ, Luiz Antônio da (org); BOAVENTURA, Maria José (org). Manual de técnicas de preservação e manutenção de patrimônio. Tiradentes: IHGT, 2016.152p.

DONADIO, Fábio. Pintura. Coleção Cadernos Ofícios Vol.6. Editora FAOP: Ouro Preto, 2008.

GUIMARAES, José Eptácio Passos. A cal. São Paulo: PINI, 1997.

LENGEN, Johan van. Manual do arquiteto descalço. São Paulo: Empório do Livro, 2008. 707 p.

MASCARENHAS, Alexandre; MACEDO, Paola. Obras de Conservação. Coleção Cadernos Ofícios Vol.7. Editora FAOP: Ouro Preto, 2008.

MASCARENHAS, Alexandre. Estuque. Coleção Cadernos Ofícios Vol.5. Editora FAOP: Ouro Preto, 2008.

NOLASCO, Ney. Alvenaria. Coleção Cadernos Ofícios Vol.3. Editora FAOP: Ouro Preto, 2008.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória: cadastro, fotografia, fotogrametria e arqueologia. Brasília: IPHAN, 2008. 143 p.

OLIVEIRA, Mário Mendonça de. Tecnologia da conservação e da restauração: materiais e estruturas : um roteiro de estudos. 4. ed. Salvador: EDUFBA, 2011. 243 p.

PAULA, Geraldo; ROZENWAJM, Uziel. Carpintaria. Coleção Cadernos Ofícios Vol.4. Editora FAOP: Ouro Preto, 2008.

PORTO, Nelson. Alvenarias e argamassas: restauração e conservação. Rio de Janeiro: In-Folio, 2009.

SALGADO, Julio Cesar Pereira. Técnicas e práticas construtivas para edificação. 2. ed. São Paulo: Érica, 2009. 320 p.

Referência Complementar

AFFONSO ÁVILA, JOÃO MARCOS MACHADO GONTIJO E REINALDO GUEDES MACHADO. Barroco Mineiro: Glossário de Arquitetura e Ornamentação. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. CD-ROM Fornecedor: <http://www.fjp.gov.br/index.php/component/content/article/79-colecao-mineiriana/87-barroco-mineiro-glossario-de-arquitetura-e-ornamentacao>

BRANDI, Cesare. Teoria da restauração. Cotia: Ateliê, 2008. 261 p.

CURY, Isabelle. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Org.). Cartas patrimoniais. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. do Patrimônio, 2004. 407 p.

EICHLER, Friedrich; MARGARIT, Adrián; FABREGAT, José (Tradutor). Patología de la construcción: detalles constructivos. Barcelona: Blume, 1973. 403 p.

FIORITO, Antonio J. S. I. Manual de argamassas e revestimentos: estudos e revestimentos. São Paulo: Pini, 1994. 221 p.

FURTADO, Rogério; BRAGA, Sylvia. Aula patrimônio: alfândega e Madre de Deus, Recife. Brasília: IPHAN, 2009. 71 p. (Preservação e Desenvolvimento; 2)

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia básico de educação patrimonial. 4. ed. Brasília: IPHAN, 2009. 68 p.

KANAN, Maria Isabel. Manual de Conservação e intervenção em argamassas e revestimentos a base de cal. Brasília: IPHAN / Programa Monumenta, 2008.

MASCARENHAS, Alexandre. Antônio Francisco Lisboa: moldagens de gesso como instrumento de preservação da sua obra. Coleção Patrimônio. Editora Fino Traço: Belo Horizonte, 2014.

MASCARENHAS, Alexandre. Ornatos: restauração e conservação. Rio de Janeiro: In-Fólio, 2008. 108 p. (Artes & Ofícios).

DISCIPLINA: ASPECTOS LEGAIS DA PROTEÇÃO E GESTÃO DO PATRIMÔNIO

EMENTA

Direito fundamental ao patrimônio cultural. Distinção entre patrimônio natural e patrimônio cultural. Metodologia, diretrizes, conceitos, subsídios e procedimentos legais para a elaboração dos instrumentos: tombamento, registro, inventário, plano diretor. Implantação,

acompanhamento, processo de revisão, estratégias de participação popular. Análise de impactos da imposição dos instrumentos sobre a população usuária. Distinção entre bem tombado e entorno, aspectos jurídicos. Atuação do Ministério Público e possibilidades de judicialização da matéria. Crimes contra o patrimônio. Responsabilidades civil, penal e administrativa. Competências legislativa e material da União, dos Estados e dos Municípios. Leis de incentivo à cultura, ICMS Cultural, Conselhos e Fundos Municipais. Incentivos fiscais. EPIC e REPI. Estudos de Caso: em Ouro Preto, do tombamento à integração entre IPHAN e Municipalidade; outros exemplos a serem propostos pelos alunos, a partir de sua realidade.

BIBLIOGRAFIA

Referência básica

FERNANDES, Edésio, ALFONSIN, Betânia (orgs). Revisitando o Instituto do Tombamento. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

PAIVA, Carlos Magno de Souza. Direito do patrimônio cultural: autonomia e efetividade. Curitiba: Juruá, 2015. 236 p.

PAIVA, Carlos Magno de Souza. O regime jurídico do bem cultural edificado no Brasil. Ouro Preto: UFOP, 2010. 134p.

Referência complementar

FERNANDES, Edésio e RUGANI, Jurema (org). Cidade, Memória e Legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC Iphan, 2005. 2ª Ed.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

PAIVA, Carlos Magno de Souza, MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Direito ao Patrimônio Cultural: Compêndio da Legislação Brasileira. Ouro Preto: Ed. UFOP, 2011.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio. 2016. 266 p. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

DISCIPLINA: SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

EMENTA

Construção da política patrimonial brasileira; interseção com as Cartas Patrimoniais. Políticas públicas de proteção: integração e rupturas entre planejamento urbano e patrimônio cultural; estratégias de participação popular; organização do Estado para a proteção. Processo de apropriação das cidades patrimonializadas pelos moradores. Atividade turística e a sua interseção com a preservação.

BIBLIOGRAFIA

Referência Básica

FERNANDES, Edésio; ALFONSIN, Betânia (orgs.). Revisitando o Instituto do Tombamento. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC Iphan, 2005.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio. 2016. 266 p. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Pós-graduação em Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Referência Complementar

CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli; RIBEIRO, Cláudio Rezende (orgs.). Paisagem urbana e direito à cidade. Rio de Janeiro: Ed. PROURB, 2010.

CURY, Isabelle; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Org.). Cartas Patrimoniais. 3. Ed. Rio de Janeiro: Ed. do Patrimônio, 2004.

FERNANDES, Edésio e RUGANI, Jurema (org). Cidade, Memória e Legislação: a preservação do patrimônio na perspectiva do direito urbanístico. Belo Horizonte: IAB-MG, 2002.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza, ARAÚJO, Guilherme Maciel e ASKAR, Jorge Abdo (orgs.). Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

SILVA, José Afonso. Direito Urbanístico Brasileiro. 6ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do Patrimônio Cultural em Cidades. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, 2ª ed

DISCIPLINA: TÉCNICAS DE LEVANTAMENTO E REGISTRO

EMENTA

Conceituação e função do levantamento de bens culturais edificados; histórico dos cadastros e levantamento da arquitetura e das cidades. Sequencia metodologia e processos de levantamento; ferramentas e equipamentos de medição de precisão. Organização e digitalização das informações; formatação e apresentação dos levantamentos. Uso da fotografia e fotogrametria como linguagem de registro documental arquitetônico; recursos fotográficos disponíveis e seus usos adequados; tratamento básico das imagens para fins documentais. Identificação de tecnologias avançadas e atuais disponíveis em levantamentos e registros dos bens culturais.

BIBLIOGRAFIA

Referência Básica

BRASIL. Ministério da Cultura. Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural. Brasília: Ministério da Cultura; Programa Monumenta, 2005. 76p. (Cadernos Técnicos; 1).

CHING, Francis D.K. Arquitetura: forma, espaço e ordem. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

KANDINSKY, Vassily. Ponto, Linha, Plano. São Paulo: Edições 70, 2006. 160p.

OLIVEIRA, Mario Mendonça de. A documentação como ferramenta de preservação da memória. Brasília: IPHAN; Programa Monumenta, 2008. 144p. (Cadernos Técnicos; 7)

Referência Complementar

ARNHEIM, Rudolf. La forma visual de la arquitectura. 2ª ed. Barcelona:Gustavo Gili, 2001.

FREITAS, Pedro Murilo Gonçalves de, TIRELLO, Regina Andrade. A Síntese Gráfica no Processo de Projeto de Restauração Arquitetônica. Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Textos para Discussão-Serie Gestão de Restauo. Olinda, 2015.

HEDGECOE, JOHN. O Novo Manual de Fotografia. São Paulo, Editora Senac, 2007.

HOPE, ALTAIR. Fotografia Digital Sem Mistérios. São Paulo, Editora Photos, 2005.

KANDINSKY, Vassily. Ponto, Linha, Plano. São Paulo: Edições 70,2006.

KELBY, SCOTT. Photoshop CS – Truques Espertos. São Paulo, Editora Moderna, 2005.

TINOCO, José Eduardo Lucena. Mapa de Danos - Recomendações básicas. Textos para Discussão-Serie 2: Gestão de Restauo. Olinda, 2009.

DISCIPLINA: GESTÃO DE OBRAS E PROJETOS DE RESTAURO

EMENTA

Noções de gerenciamento de obras e projetos. Estrutura de gerenciamento de obras e projetos. Conceitos fundamentais de planejamento, monitoramento e controle. Gerenciamento de intervenientes. Estruturas organizacionais. Ferramentas de planejamento, monitoramento e controle.

BIBLIOGRAFIA

Referência Básica

MATTOS, Aldo Dórea. Planejamento e Controle de Obras. São Paulo: Pini, 2010. 420 p.

VALLE, André Bittencourt e outros. Fundamentos do gerenciamento de projetos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

PROJECT MANAGEMENT BODY OF KNOWLEDGE (PMBOK®). UM GUIA DO CONHECIMENTO EM GERENCIAMENTO DE PROJETOS. 6ª edição. Pennsylvania / USA: Project Management Institute (PMI), 2017.

Referência Complementar

CLELAND, David I; IRELAND, Lewis R. Gerenciamento de Projetos. Rio de Janeiro: LTC, 2007.

FORMOSO, Carlos Torres; SAURIN, Tarcísio Abreu. Planejamento de Canteiros de Obra e Gestão de Processos. Porto Alegre: 2006, 112p.

MATTOS, Aldo Dórea. Como preparar Orçamentos de Obra: dicas para orçamentistas, estudos de caso, exemplos. São Paulo: Pini, 2008. 281p.

POLITO, Guilliano. Gerenciamento de Obras: boas práticas para a melhoria da qualidade e da produtividade. São Paulo: PINI, 2015. 356 p.

SOUZA, Ubiraci E. Lemes. Projeto e implantação do canteiro. São Paulo: O nome da rosa/CTE, 2000.

VARALLA, Ruy. Planejamento e controle de obras. São Paulo: O nome da rosa, 2003

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

EMENTA

A educação patrimonial. O valor material e o imaterial. Memória, patrimônio e pertencimento na contemporaneidade ainda moderna. As estratégias de ação junto à comunidade: escolas,

associações e governo. O mundo do trabalho e o saber manual como recursos nas ações educacionais de apropriação cultural e patrimonial: a oficina de cantaria de Ouro Preto.

BIBLIOGRAFIA

Referência básica

GRUMBERG, Evelina; Horta, Maria de Lourdes P.; Monteiro, Adriane Q.. Guia básico de educação patrimonial. Brasília: IPHAN/Museu Imperial de Petrópolis, 1999.

LEITE, Terezinha Lobo. Educação Patrimonial na Escola. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

SILVA, Fabiano Gomes da et al. Educação patrimonial: revisitando Ouro Preto por meio da cantaria. In: Corrêa, Edison.J.; CUNHA, Eleonora S.M; Carvalho, Alysson M. (Re)conhecer diferenças, construir resultados. Brasília: UNESCO, 2004, p. 121-128.

Referência complementar

ATAÍDES, Jésus Marco de MACHADO, Laís Aparecida; SOUZA, Marcos André Torres de. Cuidando do Patrimônio Cultural. Goiânia, setembro de 1997.

BARRETO, Euder Arrais et. al.(org). Patrimônio Cultural e Educação: artigos e resultados. Goiânia: UFG, 2008.

MENESES, José Newton Coelho. Artes fabris & ofícios banais: o controle dos ofícios mecânicos pelas câmaras de Lisboa e das vilas de Minas Gerais (1750-1808). Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2013, p. 41-170 (Parte I).

FLORÊNCIO, Sônia R. R. et al. Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: Iphan, 2014.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Os fios da memória: fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 69-98, Jun., 2013

DISCIPLINA: REABILITAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS

EMENTA

Conceitos de reabilitação, revitalização, requalificação, gentrificação. Histórico das intervenções no Ocidente, com ênfase na América do Sul. Aspectos sociais, econômicos e culturais resultantes dessas intervenções. Estudos de caso.

BIBLIOGRAFIA

Referência básica

ARGAN, Giulio Carlo. História da arte como história da cidade. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). De Volta à Cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. Tradução de Helena Menna Barreto Silva. São Paulo: Annablume, 2006.

CATANHEDE, Angela Tâmega Menezes. De tradição e transformações: o largo de São Francisco e a praça Tiradentes: sua importância e complementaridade no Rio do século XIX, - Papel & Virtual, Rio de Janeiro, 1999.

Referência complementar

ADAMS, Betina. Preservação urbana: gestão e resgate de uma história - patrimônio de Florianópolis. - Editora UFSC, Florianópolis, 2002

CARTAS PATRIMONIAIS. Isabelle CURY (ORG) - IPHAN, Rio de Janeiro, 3º edição revista e ampliada, 2004.

RIO, Vicente Del. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: PINI, 1990.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Preservação do patrimônio cultural em cidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

ZEIN, Ruth Verde e di Marco, Anita. Revitalização da Estação Júlio Prestes, um projeto arquitetônico. São Paulo: Altermarket, 2000.

6. REGULAMENTO DO CURSO APROVADO PELA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA, EM CONFORMIDADE COM O REGIMENTO DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU.

REGULAMENTO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

**TÍTULO I
DOS OBJETIVOS**

O curso de especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural visa capacitar os participantes do curso de especialização para atuarem em diversas áreas ligadas ao restauro e conservação de bens culturais imóveis, como ensino, formação e treinamento de profissionais em técnicas de restauro e iniciativas em conservação, planejamento, planejamento e gerenciamento de intervenções em bens edificados, proposição de políticas e elaboração de documentação relativa a proteção de bens culturais imóveis, de forma crítica, competente e ética, diante das diferentes necessidades de proteção e restauro.

**CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO DO CURSO**

Art. 1º- O programa funcionará em nível de Especialização *Lato Sensu*, formando Especialistas em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural.

Art. 2º- O curso é regido pelo Regimento dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFMG e por este Regulamento.

Art. 3º- O Curso será oferecido de forma presencial, tendo uma carga horária total de 420 horas, sendo 360 horas de disciplinas e 60 horas de desenvolvimento de TCC, tendo uma periodicidade quinzenal, às sextas-feiras e sábados, nos períodos diurno e noturno.

**CAPÍTULO II
DA ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA**

Art. 4º- A gestão didático-pedagógica do curso será exercida pelo Colegiado do Curso, em concordância com órgãos responsáveis pela pós-graduação do Campus e da Reitoria.

Art. 5º- O Colegiado é órgão integrante da estrutura organizacional do Programa, dotado de competência normativa, constituído por seis (6) membros e terá a seguinte constituição:

I - três docentes vinculados ao programa do curso ou equivalente, indicados pela(s) respectiva(s) área(s) ou equivalente(s);

II - um representante discente, e respectivo suplente, indicados pelos seus pares;

III - um representante do órgão responsável pela pós-graduação do *Campus*.

§ 1º - Para efeito da indicação do representante discente e seu suplente, serão considerados pares todos os discentes regularmente matriculados no curso.

§ 2º - O mandato da representação discente será estabelecido em reunião do Colegiado, em função da duração do curso em que esteja matriculado o aluno indicado.

§ 3º - Esse Colegiado terá um Presidente escolhido entre seus membros, designado pelo Diretor Geral do campus, com mandato de até dois anos.

Art. 6º - Os membros discentes titulares e suplentes serão escolhidos por seus pares em processo eleitoral realizado anualmente, cujo quorum mínimo será de noventa por cento (90%) de presença em primeira chamada, setenta e cinco por cento (75%) em segunda chamada, trinta minutos após a primeira, e quorum livre em terceira e última chamada, trinta minutos após a segunda.

Parágrafo Único - Perderá o mandato qualquer membro do Colegiado que, sem causa justificada, faltar a mais de 2 (duas) reuniões consecutivas ou 4 (quatro) reuniões não consecutivas do Colegiado.

Art. 7º- Compete ao Colegiado, além do previsto no Regimento de Pós-Graduação do IFMG:

- a) Aprovar as bancas de defesa de trabalho de conclusão de curso;
- b) Decidir sobre a exclusão de discentes do Programa, por motivos acadêmicos e disciplinares;
- c) Analisar e decidir sobre as propostas de oferecimento de disciplinas para o Programa;
- d) Decidir sobre medidas intempestivas tomadas pelo Coordenador em substituição à competência do Colegiado;
- e) Definir critérios de habilitação e categorização de professores, bem como o número de orientados para cada docente do Programa.

Art. 8º- São atribuições específicas do Coordenador de curso além do previsto no Regimento de Pós-Graduação do IFMG:

- a) Convocar e supervisionar os discentes no processo eleitoral para escolha da representação no Colegiado do Programa;
- b) Promover entendimentos no sentido de obter recursos humanos e materiais para dar suporte ao bom desenvolvimento do Programa;
- c) Divulgar o calendário letivo do Programa nos meios disponibilizados pelo IFMG;
- d) Providenciar a divulgação do edital para o processo seletivo de candidatos ao Programa;
- e) Acompanhar a participação dos discentes nas disciplinas do curso.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E MATRÍCULA

Art. 9º- O informe do processo seletivo para o Programa deverá conter, obrigatoriamente, as seguintes informações no mínimo:

- a) Identificação do curso;
- b) Local, horário de atendimento e período para inscrição;
- c) Documentos necessários para inscrição.

§ 1º – A Comissão Proponente do Curso de Especialização em Gestão e Conservação do Patrimônio, do IFMG-Ouro Preto, será incumbida de elaborar o primeiro Edital que regerá todo o processo de inscrição, seleção e matrícula; os editais subsequentes estarão sob responsabilidade do Colegiado do curso de Pós-Graduação.

§ 2º – O Edital de que trata o parágrafo anterior conterà todas as normas para o processo de seleção, sendo ele único e soberano.

Art. 10- A seleção dos candidatos será realizada por uma comissão especial, constituída por professores do Curso de Pós-Graduação, a ser indicada pelo Colegiado do Curso de Tecnologia em Conservação e Restauro, no primeiro processo de seleção. Para os processos subsequentes, a Comissão será indicada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação.

Art. 11- Para o processo de inscrição em curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- I - formulário próprio de inscrição do Instituto Federal Minas Gerais, preenchido em duas vias;
- II - cópia autenticada do diploma, ou declaração de conclusão do curso de graduação;
- III - cópia autenticada do histórico escolar do curso de graduação;
- IV - Currículo *Lattes*, em uma via, acompanhado de documentos comprobatórios;
- V - uma foto 3 x 4;
- VI - cópia da certidão de nascimento ou de casamento;
- VII - cópia da carteira de identidade;
- VIII - cópia do CPF;
- IX - cópia do documento de serviço militar (se do sexo masculino);
- X - cópia do título de eleitor;
- XI - cópia de comprovante de quitação com a justiça eleitoral;
- XII - cópia do comprovante de pagamento da taxa de inscrição, quando for o caso.

Art. 12 - As inscrições deverão ser efetuadas de acordo com as normas do Edital.

Parágrafo Único - Somente será aceita, para efeito de inscrição, a apresentação de todos os documentos descritos no Art. 11.

Art. 13 - Na seleção do candidato serão analisados os documentos que compõem o processo de inscrição.

§ 1º - A área de formação superior, ou a de experiência profissional do candidato, deverá ser preferencialmente, compatível com a área da especialização almejada.

§ 2º - Caso haja candidatos de outras áreas de formação, a comissão especial terá autonomia para decidir sobre a admissão desses interessados.

§ 3º - A seleção do candidato está condicionada ao fato de ele não ter sido desligado, por motivos disciplinares, de nenhum programa ou curso de Pós-Graduação do IFMG ou dos parceiros.

§ 4º - A seleção terá validade somente para a matrícula no curso e período do Edital para o qual o candidato foi aprovado.

§ 5º - O candidato aprovado terá direito à matrícula no período letivo imediatamente subsequente à realização do processo seletivo.

§ 6º - A comissão especial deverá divulgar o resultado da seleção, os prazos e os documentos necessários à matrícula.

Art. 14 - O aluno ingressante deverá se matricular nas disciplinas ofertadas, de acordo com a matriz curricular do curso.

Art. 15 - Ao término de cada semestre o aluno deverá efetuar a renovação de matrícula na Diretoria de Inovação, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

§ 1º - A falta de renovação de matrícula em um período letivo equivalerá a abandono de curso e desligamento automático do discente.

§ 2º - Caso o candidato, no ato da inscrição, tenha apresentado apenas a declaração de conclusão do curso superior, será de sua responsabilidade apresentar, no período indicado no ato da matrícula, a cópia autenticada do seu diploma ou atestado de colação de grau.

§ 3º - O candidato deverá pagar uma taxa de matrícula estipulada pelo Instituto Federal Minas Gerais, quando for o caso.

§ 4º - Para o recebimento dos certificados dos cursos de especialização, somente será aceito o diploma de graduação devidamente reconhecido pelo MEC, ou equivalente, ainda que, na data da matrícula, o aluno tenha entregado documento comprobatório de colação de grau.

Art. 16- As disciplinas de Pós-Graduação *Lato Sensu* cursadas em outras instituições não poderão ser aproveitadas.

Art. 17- Não será admitido o trancamento de matrícula.

CAPITULO IV DO SISTEMA ACADÊMICO

Art. 18- O sistema acadêmico adotado é de créditos, com matrícula em períodos letivos semestrais, tendo como base a proposição de uma sequência sugerida de estudos.

Art. 19 - As disciplinas, bem como o trabalho de conclusão de curso previstos no Projeto Pedagógico do curso, são obrigatórios.

Art. 20- O aluno deverá fazer um trabalho de conclusão de curso com a orientação de um professor.

Parágrafo Único- Não serão atribuídos créditos para o trabalho de conclusão de curso, mas é imprescindível a entrega e aprovação.

Art. 21- O processo de avaliação de resultados dos alunos durante os semestres será feito através de trabalhos, provas individuais escritas, participação nos debates, fóruns e outras atividades pedagógicas, demandadas pelos professores em suas respectivas disciplinas. O rendimento escolar do aluno na disciplina será expresso em notas (números inteiros) e conceitos, de acordo com a seguinte escala:

A – Excelente 90 a 100

B – Bom 75 a 89

C – Regular 60 a 74

D – Insuficiente 01 a 59

E – Nulo 00

§1º - Somente serão aprovados os alunos que obtiverem o conceito mínimo C (aproveitamento mínimo de 60%) em cada disciplina do curso, bem como a frequência mínima exigida de 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas por disciplina.

§2º - O aluno reprovado em até duas disciplinas teóricas por semestre, com média entre 4,0 e 6,0, e que não tenha sido reprovado por frequência, poderá ter direito a um sistema de acompanhamento sistemático de estudos, programado pelo professor responsável pela(s) disciplina(s), que, quinzenalmente, repassará atividades de estudo e pesquisa a serem desenvolvidas pelo aluno fora do ambiente de sala de aula (não presencial). A avaliação do aluno será realizada através de provas e/ou trabalhos executados dentro da programação estabelecida pelo professor da disciplina.

§3º - A aplicação desse dispositivo dependerá da especificidade da disciplina, da anuência do professor e da aprovação do Colegiado do Curso.

§4º - O aluno reprovado em todas as disciplinas do semestre será desligado do curso.

Art. 22 - O TCC será avaliado em notas (números inteiros) e conceitos, de acordo com a seguinte escala:

A – Excelente 90 a 100

B – Bom 75 a 89

C – Regular 60 a 74

D – Insuficiente 01 a 59

E – Nulo 00

§1 - Somente serão aprovados os alunos que obtiverem o conceito mínimo C (aproveitamento mínimo de 60%).

§2º - Após a apresentação do TCC, a banca examinadora, deliberará sobre o trabalho, definindo a situação como:

Aprovado;

Aprovado com ressalvas;

Reprovado.

§3º - O discente que for "aprovado com ressalvas" deverá cumprir todas as exigências de revisão indicadas pela banca examinadora na ata de defesa, antes da entrega da versão final. Caberá ao orientador conferir o atendimento das exigências, pelo discente, antes da entrega final do TCC, bem como respaldar a nota obtida pelo aluno na defesa.

Art. 23 - Será desligado do curso o discente que não completar todos os requisitos do curso no prazo estabelecido.

CAPITULO V DA ORIENTAÇÃO

Art. 24 - Cada estudante terá um orientador, escolhido em comum acordo com o Colegiado do Curso.

Art. 25 - Compete ao orientador:

I - elaborar o plano de orientação, no início do curso, considerando-se o tempo disponível para a conclusão do TCC;

II - aconselhar e acompanhar o estudante no decorrer do curso e orientar a elaboração do plano de trabalho que dará origem ao TCC;

III - orientar o estudante em relação a processos e normas acadêmicas em vigor;

IV - presidir a banca de avaliação do TCC;

V - emitir parecer antes de enviar o TCC para os membros da banca.

Parágrafo único - O aluno poderá ter um co-orientador do Instituto Federal Minas Gerais ou convidado externo, escolhido pelo orientador e aprovado pelo Colegiado do Curso.

Art. 26- O credenciamento ao exercício de atividades de pós-graduação far-se-á por professores do IFMG.

§ 1º - Entende-se como atividade de pós-graduação, o ensino, a pesquisa, o aconselhamento e a orientação discente em cursos de graduação e pós-graduação;

§ 2º - Serão docentes orientadores do curso os professores que estiverem no exercício pleno das atividades descritas no § 1º deste artigo;

§ 3º - Docentes não portadores de títulos de Mestre ou Doutor somente poderão atuar em Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* se sua qualificação for julgada suficiente pelo Colegiado do curso.

§ 4º - O curso poderá contar com docentes de outras instituições, não podendo, todavia, seu número ultrapassar 1/3 (um terço) do total de docentes vinculados ao IFMG.

Art. 27 - O número médio, de orientados por orientador não poderá ser superior a 5 (cinco) discentes.

CAPÍTULO VI DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 28º- O discente do curso, candidato ao título de Especialista, deverá elaborar e defender um Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, e ser aprovado.

§ 1º - A forma, a linguagem e o conteúdo do TCC são de responsabilidade do candidato e do Orientador, que serão avaliados pela Banca Examinadora.

§ 2º - A tempo será divulgado aos discentes as orientações de elaboração do TCC, no qual constarão os regulamentos e os procedimentos metodológicos.

Art. 29º- O TCC será defendido perante uma banca de 3 (três) membros sob a presidência do orientador.

§ 1º - A banca será designada com 3 (três) membros titulares e 2 (dois) suplentes.

§ 2º - Caso o coorientador, quando houver, participe da banca examinadora, ele não será contado para o número mínimo de membros titulares.

§ 3º - A solicitação da banca para defesa do TCC só poderá ser feita pelo Orientador do discente.

§ 4º - Os membros da banca, propostos pelo Orientador, serão designados pelo colegiado do curso. Todos os membros da banca devem possuir título de Mestre ou Doutor. Eventualmente a banca pode ser composta por outros membros incluindo outros profissionais que tenham pesquisa relevante na área de conhecimento do curso.

§ 5º - Designada a banca para a defesa, deverá ser respeitado um prazo mínimo de 10 (dez) dias para a defesa. Cabe ao orientador fixar a data, a hora e o local da defesa e informar aos membros da banca e ao discente.

§ 6º - A defesa deverá também incluir a aferição dos conhecimentos adquiridos pelo candidato durante o desenvolvimento do Curso.

§ 7º - Será aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60% (conceito C).

§ 8º - Em caso de impedimento do orientador, o Coordenador ou Colegiado do curso indicará, com conhecimento do orientador, dentre os membros da Banca Examinadora, um substituto, que a presidirá.

Art. 31º- Somente estará apto a submeter-se à defesa do TCC o discente que tiver cumprido as seguintes condições:

I – ter cumprido todas as exigências estabelecidas neste Regulamento;

II – ter cumprido as demais exigências estabelecidas pelo Colegiado do curso;

III - tiver concluído todas as disciplinas exigidas pelo seu plano de estudos.

Art. 32º- A versão final do TCC, elaborado e aprovado conforme as instruções vigentes, e devidamente assinada pelos membros da Banca Examinadora, deverá ser entregue à Diretoria de Inovação, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, implicando o não cumprimento dessa exigência na extinção do direito ao título.

Parágrafo único - O candidato também deverá apresentar à Diretoria de Inovação, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão a versão final de seu TCC a versão impressa, encadernada em duas vias em capa dura e em meio eletrônico (arquivo em PDF em CD), juntamente com a folha de aprovação de acordo com as normas estabelecidas pela instituição. O não cumprimento dessa exigência implicará na extinção do direito ao título pelo discente.

7. ORÇAMENTO DETALHADO

a) Fontes de recursos

As verbas de custeio e capital para infraestrutura e funcionamento regular da Pós-Graduação em Conservação e Gestão do Patrimônio Cultural serão viabilizadas com recursos próprios do IFMG Campus Ouro Preto, seguindo orientações de planejamento anual no SISPLAN ou outra forma que vier substituí-lo.

b) Plano de aplicação detalhado

Descrição	Valor
Despesas	
1. Pessoal Docente	
Professores do IFMG	0,00
Encargos sociais	0,00
Professores colaboradores	0,00
Encargos sociais	0,00
2. Transporte	
Deslocamento para visitas técnicas	4.000,00
Deslocamento para professores convidados	5.000,00
3. Hospedagem e alimentação	

Diárias para professores em visita técnica	4.500,00
Custeio de alunos em visitas técnicas	4.500,00
4. Administrativas	
Despesas de secretaria, certificados e correio	0,00
5. Publicação/ divulgação	
Folders, cartazes e outras mídias	3.000,00
6. Infraestrutura	
Salas, energia, água, telefone, etc	0,00
7. Material de laboratório	
Insumos para aulas práticas laboratoriais	6.000,00
8. Aquisição de acervo bibliográfico	7.000,00
Total	34.000,00

8. INFRAESTRUTURA

a) Espaço físico disponível para o curso:

Serão disponibilizadas salas de aula, devidamente equipadas, nos *Campus* Ouro Preto, especificamente no Prédio de Cursos Superior, Pavilhão Geraldo Nunes e o Pavilhão de Prática de Obras do Curso de Edificações. Também serão disponibilizados os seguintes laboratórios:

LMS – LABORATÓRIO DE MECÂNICA DOS SOLOS

Local: Pavilhão de Edificações

Capacidade: Postos de Trabalho: 20

Atividades: ensaios em solos (compactação, permeabilidade, limite de liquidez, limite de plasticidade, granulometria, teor de umidade.

Equipamentos: permeâmetro de nível constante, permeâmetro de nível variável, cadeiras, estufa elétrica, agitador mecânico de peneiras, jogo de peneiras, prensa para ensaio CBR, dispersor elétrico, cilindro de aço para ensaio de compactação, aparelho de Casagrande, frasco de areia para determinação do grau de compactação do solo, Speedy-test, quarteador grande e pequeno, solo-teste, balança eletrônica (capacidade 5 kg), balança eletrônica (capacidade 3000g), balança eletrônica (capacidade 500g), balança Relíquia de alta precisão (mecânica), balança de braço 100 kg, balança de prato de 20 kg, balança de prato de 3 kg, balança de prato de 500g, densímetros (vários), termômetros, bonda de vácuo, agitador de provetas.

LMC – LABORATÓRIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Local: Pavilhão de Edificações

Capacidade: Postos de Trabalho: 20

Atividades: ensaios que se realizam:

Aglomerantes:

Ensaio físicos em cimento (tempo de início e fim de pega; massa específica, finura por peneiramento; expansibilidade volumétrica Le Chatelier).

Determinação da resistência mecânica por ensaio de rompimento de corpo de prova à compressão.

Agregados:

Massa Específica e Massa Unitária; granulometria; impurezas orgânicas pelo método colorimétrico; argila em torrões; material pulverulento; resistência a sulfatos; coeficiente de forma; absorção; ensaio de qualidade; teor de umidade.

Concreto:

Determinação do traço; verificação da trabalhabilidade.

Determinação da resistência mecânica por ensaio de rompimento de corpos de prova à compressão.

Equipamentos: Prensa hidráulica com capacidade para 120tf; estufa com capacidade de até 350oC; destilador; balança de prato, digital, capacidade de 3000 g, precisão de 0,1g; balanças de prato, digital, capacidade de 500 g, precisão de 0,01g; balanças de 2 pratos, capacidade de 20kg, precisão de 1g; balanças de prato suspenso, capacidade de 311g, precisão de 0,01g; balanças escala tríplice, capacidade de 1610g, precisão de 0,1g; balanças de plataforma com capacidade de 150 kg, precisão de 100g; argamassadeira; Agitador mecânico para agregado graúdo; agitador mecânico para agregado miúdo; esclerômetro; mesa de Graft; carteiras para estudantes individuais; jogos de peneiras; Speedy-test; quarteador grande e pequeno; aparelho de Blair; betoneira; fogão de duas bocas com botijão; mesa de Craft para ensaio de abatimento de concreto; cilindro de aço para moldagem de corpo de prova de concreto; cilindro de aço para moldagem de corpo de prova de argamassa.

LTC – LABORATÓRIO DE TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO

Local: Anexo ao Pavilhão de Edificações

Capacidade: Postos de Trabalho: 40

Atividades: aulas de fundações, alvenaria, andaimes, revestimentos, pisos, estrutura (formas, armações, concretagem), forros, telhados, esquadrias, pinturas, instalações elétricas e hidrossanitárias. Aulas práticas de restauração de paredes, revestimento, estruturas, pisos e telhados.

Equipamentos: betoneira, Vibrador de imersão com mangote, cortador de azulejo, tesoura para corte de vergalhão de aço, guilhotina para corte de vergalhão de aço, serra circular de mesa, peneira vibratória, andaimes metálicos, compactador elétrico tipo sapo, serra de fita, serra circular portátil para corte de pedra (maquita), guilhotina para corte de vergalhão de aço, bancada de madeira, trenas e todo o tipo de ferramentas usadas nas construções.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

Local: Pavilhão de Cursos Superiores/Bloco I – Prof. Geraldo Nunes – 2º Pavimento

Capacidade: Postos de Trabalho: 20

Atividades: laboratório para utilização dos alunos no desenvolvimento de atividades das disciplinas, como também nas atividades de pesquisa e extensão

Equipamentos: 20 micros computadores com configuração atualizada, e softwares necessários aos desenvolvimentos dos trabalhos.

SALA DE AULA INFORMATIZADA

Local: Pavilhão de Cursos Superiores/Bloco I – Prof. Geraldo Nunes – Sala 12 (106)

Capacidade: Postos de Trabalho: 40

Atividades: Laboratório exclusivo para aulas, práticas e teóricas, onde o uso do computador for necessário.

Equipamentos: 40 micros computadores com configuração atualizada, e softwares necessários aos desenvolvimentos das atividades.

LEF – LABORATÓRIO DE ENSAIOS FÍSICOS E MECÂNICOS

Local: Pavilhão de Metalurgia

Capacidade: Postos de Trabalho: 20

Atividades: ensaios em metais: tração, impacto, dureza, micro dureza, dobramento, ultra-som, partículas magnéticas, líquido penetrante.

Equipamentos: máquina universal de 25 t, Charpy, Durômetros (vários), máquina de dobramento, ultra-som, microscópios (vários tipos e capacidades).

LABORATÓRIO DE MINERALOGIA

Local: Pavilhão de Mineração

Capacidade: Postos de Trabalho: 20

Atividades: ensaios de caracterização macroscópica e microscópica de rochas (7 microscópios, três lupas binoculares 40x, 30 lupas de mão 10x); amostras brutas, polidas e lâminas delgadas de rochas para observação microscópica.

LRE – LABORATÓRIO DE RESTAURAÇÃO

Local: Local: Pavilhão de Cursos Superiores/Bloco I – Prof. Geraldo Nunes

Atividades: aulas práticas de restauração de elementos arquitetônicos em madeira, pintura e estuque.

Equipamentos: soprador térmico, prensa para madeira, serra circular, furadeira, balanças, estufa, capela, morsa e outros. Várias ferramentas de carpinteiro, pintores e estucadores

LABORATÓRIO DE ESTUDOS DE SOLOS

Local: Local: Pavilhão de Cursos Superiores/Bloco I – Prof. Geraldo Nunes

Atividades: aulas práticas e pesquisas em química de solos e análises de seções delgadas

Equipamentos: Laboratório de química e micromorfologia de solos, com equipamentos adequados à realização de aulas práticas e pesquisas em química de solos e análises de seções delgadas. Destacam-se os equipamentos de absorção atômica, fotolorímetro, multiparâmetro, microscópio petrográfico trinocular com câmera fotográfica digital integrada, capelas, vidraria completa, almofarizes, peneiras, destiladores, deionizadores e equipamentos para coleta de solos (trado holandês, martelos pedológicos, etc).

CENTRO DE MICROSCOPIA

Local: Centro de Microscopia

Atividades: Análises estruturais e elementares de diversos materiais

Equipamentos: Microscópio de Varredura por Sonda e Microscópio de Eletrônico de Varredura.

Além disso, os alunos do curso terão acesso à biblioteca da escola que conta com acervo especializado e atualizado. Também terão possibilidade de utilização de acesso a dois laboratórios de informática destinados a aulas sendo um com 25 (vinte e cinco) computadores e outro com 40 (quarenta) computadores, todos com acesso à internet e softwares livres e proprietários instalados de acordo com a solicitação dos docentes.

O campus conta também com serviço de fotocópia e gráfica o que proporciona agilidade da impressão de documentos utilizados por alunos e docentes. Também está disponível, no campus, acesso sem fio à internet para professores e alunos.

b) **Recursos humanos envolvidos:** 9 docentes e equipe administrativa da DIPPE (Diretoria de Inovação, Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DIPPE) e da GES (Gerência de Ensino Superior) do Campus Ouro Preto, além de 3 docentes convidados de instituições parceiras.

c) **Recursos materiais necessários:** data show, computador e quadro branco, pincel, transporte para realização de visitas técnicas.

9. CALENDÁRIO COM O PERÍODO DE INSCRIÇÃO, SELEÇÃO, MATRÍCULA, OFERECIMENTO DO CURSO, ENTREGA E DEFESA DE MONOGRAFIA

O calendário com período de inscrição, seleção, matrícula e oferecimento do curso será disponibilizado via edital específico.

As datas das aulas e defesa do TCC serão definidas em calendário próprio, entregue aos alunos no início do primeiro semestre letivo e disponibilizado no site da Instituição.

Previsão:

Inscrição: maio de 2018
Seleção: junho de 2018
Matrícula: julho de 2018
Oferecimento do curso: de agosto de 2018 a dezembro de 2019
Entrega e defesa de monografia: de agosto de 2019 a dezembro de 2019

10. PÚBLICO-ALVO

O Curso será direcionado, principalmente, aos profissionais envolvidos com a preservação do patrimônio cultural: arquitetos, engenheiros, tecnólogos em conservação e restauro, historiadores, geógrafos, sociólogos, turismólogos, bacharéis em direito, antropólogos, filósofos e outras áreas afins.

Deverá, também, atender aos gestores públicos e demais agentes diretamente ligados à preservação do patrimônio cultural, que muitas vezes não são profissionais graduados nas áreas tradicionalmente afetadas à conservação.

Para inscrição na Linha de Tecnologia o candidato deverá ser graduado em Tecnologia em Conservação e Restauro, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil ou áreas correlatas.

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ENSINO/APRENDIZAGEM

Serão realizadas atividades que assegurem o desenvolvimento do conhecimento associado às habilidades (prática) e de convívio (atitudes), sempre contextualizadas, visando fundamentalmente à especialização profissional do discente.

Serão desenvolvidas ao longo do curso atividades de estudo de casos, levantamentos e pesquisas de edificações e lugares urbanos com interesse de preservação, conhecimento de mercado e das empresas, pesquisas individuais e em equipe, projetos e visitas técnicas.

A avaliação dos conhecimentos e habilidades será processual, diagnóstica, não pontual, inclusiva e, preferencialmente, relacionadas ao tema do trabalho de conclusão de curso, o que significa, respectivamente:

- Será permanente acompanhado todo o processo de desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades vivenciados pelo aluno;
- Permitirá diagnosticar as dificuldades do aluno e identificar de que forma os professores deverão intervir para ajudá-lo a avançar;
- Terá o efeito de estimular o aluno a investir esforços na superação de suas dificuldades e em seu auto-desenvolvimento, abolindo o caráter seletivo e excludente das metodologias tradicionais de verificação da aprendizagem.

Por ser diagnóstica, a avaliação possibilitará ao aluno conhecer o nível de desempenho alcançado em cada semestre do processo de construção dos conhecimentos e habilidades, previstos no início do curso/disciplina, sendo orientado pelos professores sobre que atividade deverá ainda realizar para alcançar o conhecimento necessário e o percentual mínimo para aprovação. Ao final do curso, será solicitado que os alunos preencham o formulário de avaliação do curso.

12. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Pretende-se que o especialista egresso do curso esteja capacitado a atuar de maneira eficaz na gestão de preservação de bens culturais, associando os conteúdos teóricos à implementação prática de soluções. Neste sentido, dispõe-se ao egresso um amplo mercado de trabalho, que contempla não apenas o exercício liberal das atividades, mas também a gestão pública.

13. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Os egressos do curso terão as seguintes competências e habilidades:

- Exercer atividades de ensino, formação e treinamento de profissionais envolvidos em atividades de gestão do patrimônio ou de conservação e restauro do patrimônio cultural edificado.
- Participar de equipes multidisciplinares que visem implementar ou desenvolver metodologias específicas para planificar intervenções em bens edificados de interesse cultural.
- Compor equipes técnicas que tenham como objetivo a elaboração de políticas de atuação na gestão da preservação do patrimônio cultural.
- Elaborar ou coordenar equipes para elaboração de instrumentos de proteção do patrimônio, como documentos e dossiês de reconhecimento, registro e catalogação de bens culturais, buscando mecanismos de adequação as diferentes realidades locais.
- Identificar alternativas de fomento para implementação de ações para implementação de políticas do patrimônio cultural, considerando as leis de incentivo à cultura e as possibilidades de financiamento disponíveis, específicas da localidade de cada parceiro.

14. CONTROLE DE FREQUÊNCIA

O controle das frequências nas aulas será apurado pelo professor, por meio do sistema de controle acadêmico utilizado pelo IFMG.

15. REQUISITOS PARA A CONCLUSÃO

Será conferido o certificado de Especialista em Gestão e Conservação do Patrimônio Cultural ao aluno que integralizar os créditos referentes às disciplinas, com frequência mínima de 75% do total de horas letivas por disciplina e tiver seu TCC aprovado.

16. CARGA HORÁRIA DEDICADA AO CURSO DE CADA PROFESSOR ENVOLVIDO, COM INDICAÇÃO DE SEU PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

DOCENTE	C.H.	% C.H.	C.H. DO CURSO
Ana Paula de Moraes	30	6	
Alexandre Mascarenhas	75	15	
Alex Fernandes Bohrer	40	8	
Alícia Duarte Pena	10	2	

Arthur Versiani Machado	30	6	510H¹
Azis José de Oliveira Pedrosa	20	4	
Carlos Magno de Souza Paiva	30	6	
Fabiano Gomes da Silva	30	6	
Maria Cristina Rocha Simão	60	12	
Ney Ribeiro Nolasco	60	12	
Paola de Macedo Gomes Dias Villas Bôas	38	7	
Rodrigo Otávio De Marco Meniconi	72	14	
Sandra Arlinda Santiago Maciel	15	3	

17. CERTIFICAÇÃO

A coordenadoria de registro escolar do *campus* Ouro Preto expedirá o certificado a que farão jus os alunos que tiverem obtido aproveitamento, segundo os critérios de avaliação previamente estabelecidos.

Os certificados de conclusão devem mencionar a área de conhecimento do curso e serem acompanhados do respectivo histórico escolar, do qual deve constar, obrigatoriamente:

I - relação das disciplinas, carga horária, nota e conceito obtido pelo aluno, nome e qualificação dos professores por elas responsáveis;

II - período e local em que o curso foi realizado e a sua duração total, em horas de efetivo trabalho acadêmico;

III - título do trabalho de conclusão do curso, nota ou conceito obtido;

IV - declaração da instituição de que o curso cumpriu todas as exigências regimentais e legais pertinentes.

Somente será conferido certificado de Pós-Graduação *Lato Sensu* ao estudante que:

I - não apresentar pendência com a Diretoria de Inovação, Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (DIPPE) ou com a Gerência de Ensino Superior (GES), bem como com qualquer outra instância do *campus*;

II - alcançar a aprovação em todas as disciplinas;

III - obtiver frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária de cada disciplina;

IV - tiver o trabalho de conclusão do curso, aprovado, conforme a exigência do colegiado do curso.

¹ O somatório de todas as aulas do Curso é 510 horas, uma vez que temos 210 horas para as disciplinas básicas, cujos alunos das duas linhas cursarão juntos, e 150 horas de disciplinas específicas por cada uma das duas linhas, ou seja, mais 300 horas.